



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SAFS - Quadra 6 - Lote 1 - CEP 70095-900 - Brasília - DF

ATA DE REUNIÃO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Data	27/02/2026
Horário	Das 16h00 às 18h00
Local	Sala de reuniões - Gabinete do Diretor-Geral
Responsável pelo registro	Matheus Galdino Fontes
Participantes	Sergio José Americo Pedreira - Diretor-Geral Maria Paula Cassone Rossi - Presidente do Comitê Gestor do PLS Cristiano de Sousa Nascimento - Assessor-Chefe da AGS - Substituto Rui Moreira de Oliveira - Secretário de Administração Fabiana Bittes Veyl - Secretária de Orçamento e Finanças Daniel Vernile Pereira - Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação - Substituto Elaine Nóbrega Borges - Assessora-Chefe de Gestão Estratégica Sueli Cristina Moreira de Jesus - Chefe de Gabinete do Diretor-Geral - GDG Alessandra Cristina de Jesus Teixeira - Gabinete do Diretor-Geral - GDG Anne Karoline Santos Rios - Assessoria de Gestão Sustentável Matheus Galdino Fontes - Assessoria de Gestão Sustentável

2. PAUTA

- Acompanhamento do Plano de Logística Sustentável do STJ (PLS-STJ);
- Apresentação do Relatório de Desempenho do PLS referente ao ano de 2025;
- Viabilidade de pagamento por serviços ambientais a cooperativas de catadores de material reciclável;
- Atualização sobre posição do CNJ acerca da compensação de créditos de carbono.

3. RESUMO DA REUNIÃO

• 3.1. Abertura

Cristiano, da Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS), iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e introduzindo a pauta. Ele ressaltou que a apresentação consolida os resultados de 2025 e se trata do encaminhamento anual desses resultados para o CNJ sempre no dia 28 de fevereiro.

• 3.2. Apresentação dos Resultados Gerais

Cristiano apresentou inicialmente o painel de BI do PLS, com a atualização dos dados de todos os temas e destacando o tema Terceirização que não vinha sendo apresentado até então. Explicou que a AGS optou por apresentar os dados de 2025 de uma forma diferente, criando um documento específico pra o Relatório de Desempenho 2025 de maneira a obter melhores avaliações por parte do CNJ, especialmente em se tratando do ranking da transparência. Dos 25 indicadores principais monitorados, 11 (44%) tiveram suas metas atingidas, enquanto 14 (56%) não alcançaram os objetivos estabelecidos. Também lembrou que as metas para esse ciclo 2021 a 2026 foram definidas em um contexto de pandemia onde havia dificuldades de se estabelecerem metas com clareza. Ele destacou que, apesar do número de metas não atingidas, houve avanços significativos em diversas áreas comparando-se 2025 com 2024.

• 3.3. Análise Detalhada dos Indicadores

Cristiano procedeu com a análise detalhada de indicadores selecionados, com comentários complementares realizados por Matheus.

- Consumo de Papel: a meta estipulada deixou de ser atendida por apenas 55 resmas. Ainda assim houve redução expressiva de 18% no consumo entre 2024 e 2025.
- Consumo de Copos Descartáveis e Água Envasada: ambos os indicadores não atingiram as metas de redução, com o consumo de água em garrafas apresentando um aumento expressivo. Matheus complementou, explicando que há planejamento para criação de ranking de consumo com metas de consumo para este indicador no âmbito do alinhamento setorial. Cristiano explicou que o principal motivo para aumento no consumo de copos descartáveis se refere ao suprimento de demandas da ENFAM, que voltou a solicitar abastecimento de copos ao STJ.
- Impressões e Serviços Gráficos: Foi apresentado um resultado positivo no indicador de impressões por usuário, que ficou 41,6% abaixo da meta. Cristiano atribuiu o sucesso à campanha "Saia do Papel" realizada em 2024 e 2025.
- Energia Elétrica e Água/Esgoto: Cristiano informou que ambos os indicadores de consumo (por m²) não atingiram as metas de redução de 2,5%, destacando que o consumo de água ultrapassou a meta por muito pouco. Matheus ponderou que a análise desses indicadores realizada pelo CNJ no âmbito do Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) deveria considerar as especificidades de cada Tribunal. Cristiano lembrou que foi enviado Ofício ao CNJ solicitando a revisão do IDS nesse sentido.
- Veículos: salientou-se que atualmente houve um aumento temporário na frota bem acima da meta estipulada mas que há previsão de alienação de 30 veículos. Destacou-se o consumo de diesel que ficou abaixo da meta estabelecida.
- Vigilância: os custos de vigilância eletrônica tiveram aumento expressivo devido ao sistema de leitura facial implementado no Tribunal em 2025. No tema vigilância pessoal a meta de custo por pessoa foi atingida.
- Telefonia: a telefonia móvel continua se destacando como um tema sensível com custos crescentes enquanto a telefonia fixa se destaca pela estabilidade abaixo da meta.
- Aquisições Sustentáveis: O percentual de aquisições com critérios de sustentabilidade em 2025 foi de 44,07% sendo esclarecido que 100% desses processos são analisados pela AGS.
- Equidade e Diversidade: Cristiano apresentou os novos gráficos atualizados, mostrando a composição de gênero e raça em cargos de liderança e na magistratura, bem como os dados de contratação de pessoal em situação de vulnerabilidade. Ele ressaltou a importância da visualização de dados para uma análise mais clara da evolução dessas pautas.

• 3.4. Análise do Plano de Ações 2025

Cristiano explicou que foi elaborada uma análise mais detalhada do plano de ações 2025 para todos os temas de maneira a se evitar prejuízos na avaliação do ranking da transparência junto ao CNJ. Foi apresentado o resumo consolidado do Plano de Ações, abrangendo todos os 11 eixos temáticos e um total de 44 ações monitoradas.

•Status Geral: 17 ações (39%) foram concluídas, 25 (57%) estão em andamento e 2 (4%) foram canceladas.

•Destaques: O Eixo 11 (Descarbonização) foi 100% concluído, enquanto o Eixo 09 (Equidade e Diversidade) tem todas as suas ações em andamento, refletindo seu caráter de continuidade. O Eixo 05 (Qualidade de Vida) também apresentou um bom desempenho, com 67% de conclusão. Matheus reforçou que o alto percentual de ações "Em Andamento" é esperado, pois muitas são iniciativas de longo prazo ou de natureza permanente, como campanhas anuais e programas de monitoramento contínuo.

4. PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS E COMPENSAÇÃO DE EMISSÕES

A presidente do comitê, Dra. Maria Paula Cassone Rossi, trouxe ao conhecimento do colegiado iniciativa já adotada por outros tribunais, relativa ao pagamento por serviços ambientais às cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Esclareceu que a medida tem sido estudada no âmbito do CNJ, com fundamento na ideia do trabalho decente, com a perspectiva da edição de eventual Recomendação para os Tribunais e que precisará ser discutido pelo STJ, em que pese o formato atual atualmente aqui adotado aparentemente funcionar de maneira muito satisfatória por meio da parceria com o SLU que encaminha os resíduos recicláveis sem ônus para as cooperativas. O tema foi levado para conhecimento dos membros, como possibilidade a ser estudada no âmbito do colegiado.

5. ENCAMINHAMENTOS

- AGS enviará o Relatório de Desempenho 2025 ao CNJ até dia 28/02/2026 e o Plano de Descarbonização até dia 15/04/2026.
- AGS estará acompanhando as discussões acerca da compensação de emissões e possíveis medidas a serem adotadas pelo STJ.
- AGS manterá acompanhamento do PLS-STJ, com revisões periódicas das ações, metas e prazos.
- AGS providenciará a divulgação de relatórios atualizados do PLS-STJ e PDesc-STJ no Portal da Transparência.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano de Sousa Nascimento, Assessor-Chefe - Em Substituição**, em 11/05/2026, às 17:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Galdino Fontes, Assistente IV**, em 11/05/2026, às 17:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Anne Karoline Santos Rios, Assessora "C"**, em 19/05/2026, às 17:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rui Moreira de Oliveira, Secretário de Administração**, em 19/05/2026, às 17:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Vernile Pereira, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação - Em Substituição**, em 19/05/2026, às 17:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Bittes Veyl, Secretária de Orçamento e Finanças**, em 19/05/2026, às 18:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Nóbrega Borges, Assessora-Chefe**, em 20/05/2026, às 14:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Cristina de Jesus Teixeira, Assessora "A"**, em 22/05/2026, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Cassone Rossi, Juíza Auxiliar no STJ**, em 25/05/2026, às 18:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6877753** e o código CRC **6AE4CAB4**.
